

PLURAL & SINGULAR

EDIÇÃO 06
MAR/ABR/MAI 14

Revista Trimestral Dedicada à Temática da Deficiência



Implante coclear: uma opção para quem quer ouvir!

WWW.PLURALESINGULAR.PT



Fernando Fontes
Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra
fernando@ces.uc.pt

Vida independente em Portugal: da miragem à realidade

A versão on-line do jornal 'Correio da Manhã' publicou no passado dia 24 de fevereiro uma notícia intitulada 'Deficientes com apoios para ganharem autonomia'. Esta notícia dá conta da intenção do governo em avançar com cursos de formação para assistentes pessoais para pessoas com deficiência em Portugal. Tal como é referido, numa articulação entre a União das Misericórdias Portuguesas e do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o governo tenciona formar cerca de 300 técnicos de assistente pessoal a nível nacional: 160 na região norte, 100 na região centro e 40 na região sul. Esta formação com a duração de um ano e um custo de 441 mil euros, arranca já no próximo mês de março no norte e em junho está previsto iniciar-se nas regiões centro e sul.

Tal como postaram os (d)Edificentes Indignados na sua página do Facebook também considero que 'Isto não é vida independente'. A vida independente tem a ver com a autodeterminação das pessoas com deficiência, com o acesso aos meios financeiros necessários, com a escolha onde e como viver, com o controlo sobre os serviços de apoio (nomeadamente quem presta apoio, quando e como) e com a remoção das barreiras incapacitantes na sociedade. Vida independente significa, como referem Barnes e Mercer no livro 'Independent Futures: Creating User-led Disability Services in a Disabling Society', possibilitar a todas as pessoas com deficiência as mesmas escolhas, controlo e liberdade auferidas por qualquer cidadão em casa, no trabalho e enquanto membro de uma determinada comunidade (2006: 33). Como têm frisado as organizações de pessoas com deficiência a nível internacional, ser independente não significa fazer tudo por si próprio, significa sim ter escolha e controlo sobre tudo aquilo que lhes diz respeito. Não creio pois que esta medida do governo promova quer a escolha, quer o controlo das pessoas com deficiência sobre os serviços que lhe são prestados. Tal como é possível deprender desta notícia, trata-se de mais uma medida 'avulsa', inconsequente e irrefletida na área das políticas de deficiência em Portugal. 'Avulsa' porque não articulada e estruturada com outras medidas capazes de promover a vida independente, como a introdução dos pagamentos diretos às pessoas com deficiência. Incon-

sequente pelo reduzido número de assistentes pessoais envolvidos tendo em conta o número de pessoas com deficiência em Portugal e irrefletida pela violação de alguns dos princípios básicos da vida independente. Tal como parece ser possível deprender desta notícia, não serão as pessoas com deficiência a escolherem e contratarem os seus assistentes pessoais, nem serão as pessoas com deficiência a definir, planejar, monitorar e avaliar o tipo de serviço e a forma como este lhes é prestado, os assistentes pessoais serão escolhidos, formados e contratados por entidades alheias às pessoas com deficiência, de acordo com os princípios tidos como adequados por estas entendidas e o planeamento, monitorização e avaliação destes profissionais ficará com certeza a cargo dessas mesmas instituições.

Os assistentes pessoais constituem uma necessidade efetiva na vida das pessoas com deficiência de forma a poderem conduzir as suas vidas de forma independente como qualquer outro cidadão e sem dependerem da caridade ou da boa vontade de terceiros. O caminho escolhido pelo governo parece-me, todavia, errado, por desvirtuar os princípios e as potencialidades da vida independente. Uma política consequente nesta área implica obrigatoriamente a criação de medidas que promovam o pagamento direto às pessoas com deficiência. Só através dos pagamentos diretos (por oposição aos pagamentos às instituições prestadoras de serviços) será possível às pessoas com deficiência recuperarem o controlo sobre as suas vidas, permitindo que cada cidadão possa definir quais são as suas necessidades e prioridades em termos apoio, possa escolher a pessoa que lhe presta esse apoio, possa definir como esse apoio será prestado e o possa ter liberdade para escolher outra pessoa caso o apoio prestado não corresponda às suas expectativas. Esta medida do governo, não confere esta autonomia e liberdade de decisão às pessoas com deficiência em Portugal, mais não vai fazer que manter a gestão e controlo das suas vidas e dos apoios prestados nas mãos de instituições e de profissionais. Creio pois que esta aposta governamental parece ir, mais uma vez, ao encontro das vontades das organizações para pessoas com deficiência e demais Instituições Particulares de Solidariedade Social, que ao encontro das necessidades

das próprias pessoas com deficiência.

Em 1985 o Centro para a Vida Integrada de Derbyshire (Derbyshire Centre for Integrated Living) elencou um conjunto de necessidades das pessoas com deficiência para uma vida independente. Resumidamente, foram identificadas sete necessidades: informação, para permitir a tomada de decisões informadas; aconselhamento e ajuda entre pares, para permitir o encorajamento e orientação por outras pessoas com deficiência; habitação; ajudas e equipamento técnico, de modo a gerar maior autonomia; assistência pessoal, controlada pela pessoa com deficiência; transportes, para permitir a mobilidade das pessoas com deficiência e acessibilidade ao património construído. A estas sete necessidades, a Coligação de Pessoas com deficiência de Hampshire (Hampshire Coalition of Disabled People) acrescentou quatro necessidades: emprego, educação e formação, rendimento e subsídios e ativismo. Não obstante a incompletude desta lista, creio que a resposta a estas necessidades tal como foram formuladas por organizações de pessoas com deficiência seria, com certeza, um bom passo para a construção de um projeto de vida independente para as pessoas com deficiência em Portugal.

A vida independente é efetivamente o caminho a seguir, só esta mudança de paradigma permitirá abandonar políticas sociais baseadas na caridade, na exclusão e na dependência, e encetar políticas baseadas nos direitos, na inclusão e na aceitação das pessoas com deficiência como cidadãos e cidadãs. Creio todavia que o caminho seguido pelo governo não é o mais correto, nem permitirá obter os resultados expectáveis por parte das pessoas com deficiência em Portugal. Aqui, como nos demais assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência, o caminho terá de ser pensado e trilhado conjuntamente e em diálogo com as pessoas com deficiência em Portugal e com as suas organizações representativas.

Referências:

Barnes, C., Mercer, G. 2006. Independent Futures – Creating user-led disability services in a disabling society. Bristol: The Policy Press.

A notícia refere região do Alentejo e não região sul, imagino tratar-se de um lapso de quem redigiu a notícia.



David Rodrigues
Presidente da Pró-Inclusão e professor na Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade

A Educação e as profecias autorrealizáveis

O facto é há muito tempo conhecido nos meios da sociologia e da psicologia social. Quando se faz uma previsão sobre algo, de imediato adotamos atitudes e mesmo ações que confirmem que o que nós previmos se vai realizar. Por vezes até se diz, "Não é que eu queira, mas..." o que interessa é que cada um de nós fica predisposto e mesmo recetivo e ativo para aceitar como natural a realização da previsão que fez. Assim, mesmo que a previsão seja falsa (quase sempre é, porque é uma "adivinhação"), a sua realização é incentivada de forma a que a realidade a venha a confirmar. Chama-se a este fenómeno as "profecias autorrealizáveis".

Vivemos no mundo da Educação mergulhados em profecias deste tipo, isto é, opiniões que à força de serem propaladas acabam por ajudar a criar a base material para que as falsidades se tornem verdades. Não digam que esta perspetiva é maquiavélica e conspirativa. Quem tiver dúvidas que há profecias autorrealizáveis e que elas estão no meio de nós, que leia a espantosa entrevista que um senhor chamado Fernando Moreira de Sá deu a uma revista sobre a forma como ele e mais um grupo de "notáveis" combateu a favor da eleição de Pedro Passos Coelho. É um verdadeiro tratado profético...

Na Educação, estas profecias também campeiam e o seu objetivo é que se tornem em breve verdades. Vou dar três exemplos de profecias autorrealizáveis em que o atual governo acalenta de forma direta ou indireta:

a) Os professores estão mal preparados. A seguir a um despedimento numeroso de professores, começa a ser alimentada a ideia que os professores são descartáveis e profissionais "com dificuldades" para lidar com todas as questões da escola. Um exemplo é a introdução, neste momento, de um exame para o exercício da função docente. A mensagem que passa é que "é preciso por ordem" na incompetência através da seleção dos melhores professores. Portanto a profecia é que há professores a mais, que os que existem podem ser substituídos e até com vantagem porque os que agora entram até fazem um exame de acesso. Espera-se que os professores cumpram esta profecia: isto é se sintam cada vez mais frágeis e por isso optem por atitudes, comportamentos e ações profissionais mais respeitadoras, mais convencionais. Tudo nesta